

PROPOSTAS CURRICULARES

Nas escolas elaboramos a **grade** do professor, a **grade** horária dos alunos e a **grade** curricular do curso. Com o abandono das velhas Resoluções determinadoras das estruturas curriculares - mínimo e pleno - e a chegada das novas diretrizes curriculares, tudo mudou. Acabou o engessamento de disciplinas num conjunto pré-normatizado, sem qualquer liberdade de oferta.

Na instituição de ensino superior cada curso é um disco, trazendo um conjunto de canções. Numa analogia simples, um disco é o currículo de um curso. A preferência e seleção do maestro *arranjador* tem condição determinante na escolha do repertório das músicas que integram o disco, vale dizer, da sua aceitação ou não no mercado fonográfico.

É o *arranjador* quem trabalha com a melodia original, com noção de conjunto que “vê” o todo da orquestra. Compasso a compasso ele escreve a partitura e o que cada instrumento executará, em qual momento, com qual duração e intensidade. Em estúdio, no momento da gravação da música, é o maestro condutor quem terá à sua frente a **grade** musical dispondo o que cada instrumento tocará.

Até a chegada da nova LDB e antes das novas diretrizes curriculares, substanciadas em habilidades e competências, as escolas montavam os currículos de seus cursos orientadas pelas velhas Resoluções que ditavam a carga horária e o elenco de disciplinas. O Parecer 146 do CNE/CES de 03/04/2002 é rico nessas explicações históricas.

Numa como em outra, a **grade** musical como a **grade** curricular, o visado é a estruturação de elementos que aglutinados com ciência e técnica resultem num conjunto harmonioso. Uma arquitetura sistematizada que guarde relações, interdisciplinaridade, método, coerência, afinidades e complementaridades.

Eis a questão, para não dizer o problema.

As velhas Resoluções propunham um rol de disciplinas que deveriam ser contempladas no currículo do curso, inclusive sugerindo ementas programáticas. Havia uma relativa segurança, em termos nacionais, de que os cursos tinham ou deveriam ter identidade curricular em todo o território. Agora, não mais.

Hoje, cada escola/curso entenderá formular o seu currículo ao gosto e sabor das habilidades e competências profissionais locais, conforme a Coordenação, que em última análise deve elaborar o seu Projeto Pedagógico, respeitado também o seu PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional. Em razão do centralismo normativo do MEC, e demais órgãos da educação em nível superior, acontecerá uma “edudiversidade” preocupante.

É trabalho hercúleo mas não impossível. Para uma boa gama de cursos superiores os neo-currículos se apresentarão como grandes dificultadores pois as interpretações daquelas habilidades e competências, eixos das novas diretrizes, que deverão focar o aspecto profissional na preparação dos jovens ao mercado de trabalho, poderão ficar de pé quebrado.

Com grande esforço intelectual, autoridades da educação cenarizaram para as áreas do conhecimento/cursos “uma partitura *arranjada*” com esmero clássico.

Resta saber se as Coordenações de cursos terão a mesma capacidade buscando eficácia e eficiência nos currículos que ora, com total liberdade, estarão propondo à juventude com condições e oportunidades para acesso ao trabalho. O que, em última instância, é o único desejo e interesse do universitário. Como conciliar possibilidades institucionais internas, nível educacional dos ingressantes, demandas e graus de tecnologias locais/regionais de trabalho, corpo docente à altura dessas exigências, acervos bibliográficos e laboratórios de ponta?

Será preciso, minimamente, uma boa dose de paciência - ao menos quatro anos para saber do acerto da proposta - evitando o malefício do “turn over” de Coordenações, porque o Projeto, antes de ser da instituição/faculdade é do Coordenador em conjunto aos seus pares, conforme o Art. 13 da LDB. É na base do ensaio-erro. Adotar o neo-currículo de outra escola, justapondo-o por cópia em outra faculdade, mais do que um crime é uma insanidade. Toda escola deverá ter “a sua cara, a sua identidade” com personalidade curricular própria. E mais, de quem será a grife aposta no currículo? Da academia ou dos técnicos/profissionais?

Pelo Art. 13 da LDB toda a comunidade está convocada a interagir na elaboração do currículo. Não é tarefa para quem “toca de ouvido” qualquer instrumento, da gaita de boca ao fagote, do oboé à flauta doce. Surrealismo à parte, poderemos passar a ouvir a Ária na 4a. Corda, de Bach, em ritmo de samba com cuíca e pandorins.

A **grade** musical com partitura bem arranjada, sobretudo bem conduzida pelo maestro, quase nunca encalha nas prateleiras. Na ponta final da venda o CD custa perto de trinta reais. Não gostou, descarta. Uma **grade** curricular de curso, desafinada, quase sempre dá um disco de latão enferrujado. E custa em média seis mil reais/ano. E leva quatro anos para escutar todas as faixas.

Será que ainda vamos ouvir perguntas como “o que tem a ver essa disciplina com o meu curso”? Ou, “já trabalho na área e estou aqui só por causa do diploma”? Conflitos de formação à parte, tudo indica que os tempos mudaram mesmo. Definitivamente, acabou a era dos valores agregados, propiciados na formação universitária pelos conhecimentos humanistas, ora deletados dos currículos. Profissionalização não é mais antro-po-filo-sociológica.

Sem dúvida, o currículo, como alma do Projeto Pedagógico, fundamentado nas novas diretrizes curriculares, passa a ser hoje a bandeira de um bom curso, uma boa escola, cuja preocupação central, cuja inteireza dos fatos sociais, permeando as profissões e por conseguinte o mercado de trabalho, dão o tom da afinação.

As Coordenações de cursos nunca tiveram importância tão destacada, ímpar, no conjunto docente das instituições. Se bons professores não é tão fácil encontrar, o que dizer de bons Coordenadores, isentos e não contaminados pelo “espírito de porco” reinante no cartório das salas dos professores. Se antes já era difícil fazer o docente aceitar o plano de ensino da instituição -- porque quase sempre ela carrega o vício do seu insubstituível conteúdo programático -- hoje, perpetrar-lhe as idéias e conceitos das habilidades e competências exige esforço enorme com enfrentamento de inúmeras resistências pessoais e profissionais.

Aí estão, também, não sem razão, as exigidas dedicações parcial e integral do docente, sem o que ele não tem condições de mergulhar diuturnamente, aferindo e conferindo para onde vão os mercados. O jornalista e professor Wagner Horta, com muito acerto e propriedade, adotou a expressão “Não estude em escola ruim. A vítima vai ser você”. Com certeza, encabeçando a lista das mazelas está a questão da grade curricular do curso.